



GT 035. Etnografia em novos contextos de produção de coletivos indígenas e quilombolas

Levi Marques Pereira (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD) - Coordenador/a,
 Sandro José da Silva (UFES) - Coordenador/a,
 Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Leif Ericksson Nunes Grunewald (UFGD) - Debatedor/a

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores sobre os contextos de produção de coletivos indígenas e quilombolas que contribuam para a discussão de temas como as práticas sociais e os modos de existir a? instituídos, as conexões com o movimento indígena, indigenista e quilombola, bem como as negociações com o Estado dentre outras instituições. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE ? 2010) mais de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, em espaços conhecidos como aldeias urbanas ou como simples moradores da cidade. Outra parte dos indígenas vive em áreas rurais não regularizadas pelo Estado como Terras Indígenas, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares. Tem-se assim, uma gama variada de contextos e situações nas quais realizam suas formas de existir e que recusam critérios exteriores a estes coletivos, como o ?marco temporal?. O fenômeno das ?retomadas? indígenas e quilombolas, em suas múltiplas implicações e significações, aponta para a movimentação política de recuperação de terras expropriadas, mas também expressa mudanças de postura frente ao Estado e a sociedade nacional, envolvendo processos intrinsecamente conectados com o reposicionamento do próprio coletivo em relação às suas formas de expressão e práticas culturais. O GT pretende reunir pesquisadores do campo da etnologia indígena e/ou comunidades quilombolas que tragam contribuições para esse debate.

Andanças sobre os Direitos Quilombolas: Mobilizações e Narrativas

Autoria: Barbara Oliveira Souza

A luta pela garantia dos direitos quilombolas é histórica e política. O presente work tem como objetivo abordar algumas das mobilizações vivenciadas na luta pelo direito à terra das comunidades quilombolas desde o processo da Assembleia Constituinte, até a conclusão do julgamento que questionava a constitucionalidade de um dos instrumentos de regulamentação do Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal, que é o Decreto 4887/2003. Visa refletir, também, sobre a forma como esse tema adentrou o espaço público brasileiro no processo constituinte (1987-1988) e perpassou por instrumentos de regulamentação e formas de implementação desse direito pós Constituição de 1988.



Realização:



Apoio:



Organização:

